

## NOTA INTRODUTÓRIA

A segunda edição, revista e actualizada, de *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana* mantém, da sua primeira publicação em 1996<sup>1</sup>, o título, o objectivo e o estilo – aspectos que, quanto a nós, foram determinantes do seu sucesso comprovado pela rápida conquista do prestigiante estatuto de obra esgotada.

O título, sugerido por Walter Osswald, reflectia com rigor e numa expressão sugestiva o teor da obra em publicação: com rigor, porque destacava justamente as “comissões de ética” como grande tema de reflexão e explicitava o pressuposto de base da obra como exigência de uma abordagem simultaneamente teórica e prática para a apreciação ética dos problemas em análise; sugestiva também porque capaz de, numa única expressão, contemplar a amplitude temática perspectivada sob a dupla orientação de procura da fundamentação do pensamento e atenção à inovação da acção. Reafirmamos agora este propósito.

Também o objectivo geral e o estilo do discurso se mantiveram. Obra que se destinava prioritariamente a membros das Comissões de Ética para a Saúde, a intenção originária que presidiu à sua elaboração foi a de realizar um acessível e fidedigno manual de consulta. Neste sentido, privilegiavam-se temas abrangentes, uma expressão clara e directa, a apresentação de directrizes de acção, com a preocupação constante de oferecer conteúdos ricos e estimulantes da reflexão, de sistematizar as diferentes vertentes por que os temas sob análise podiam ser problematizados e de destacar os diversos aspectos que de forma mais determinante orientam a deliberação ética. Impunha-se também uma redacção de estilo comunicante e de índole pragmática, em detrimento de uma extensa teorização dos sucessivos temas, de modo a que a exposição pudesse funcionar como orientadora das exigências éticas a contemplar na prestação de cuidados de saúde. Desta forma, naturalmente, *Comissões de*

<sup>1</sup> M. Patrão Neves (ed.), *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana*. Ponta Delgada, Centro de Estudos de Bioética/Pólo Açores, 1996, 222 pp.

*Ética*, abriu-se também a um público alargado não especializado mas cada vez mais interessado em formar opinião na área das implicações humanas, sociais, dos progressos biotecnológicos, público este a que nos compete igualmente responder. Mantemos assim a fidelidade ao projecto.

Quando *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana* surgiu em 1996 correspondia ao desenvolvimento do "Projecto de formação para os membros das Comissões de Ética para a Saúde" elaborado para os três hospitais da Região Autónoma dos Açores (Hosp. do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada / S. Miguel, Hosp. do Santo Espírito, em Angra do Heroísmo / Terceira, e Hosp. da Horta / Faial, na cidade da Horta) e aí concretizado durante os anos de 1995/1996. Este projecto consistiu essencialmente na organização de sete sessões de exposição e debate sobre temas maiores da bioética, que se tornaram estruturantes da publicação de 1996. Estas sessões eram restritas aos membros das comissões, visando a sua formação em ética biomédica se bem que, num segundo momento, e sob um diferente modelo, pudessem e algumas vezes se tivessem efectivamente aberto a todos os profissionais de saúde da instituição. A publicação daquelas sessões de formação foi então apoiada pelo Governo da Região Autónoma dos Açores (através da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social), tal como a sua actual revisão o é também (através da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais).

Recordemos que o Decreto-Lei que veio estabelecer a obrigatoriedade de criação de comissões de ética em todas as "instituições e serviços de saúde públicos e unidades privadas de saúde" foi publicado apenas em 1995 (Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de Maio), o que realça a actualidade de então do mencionado projecto. Sem dúvida que já nos inícios da década de 90 existia um número assinalável de comissões de ética<sup>2</sup> – testemunho da importância da sua existência nas instituições de saúde e também factor condicionante da necessidade da sua regulamentação. Porém, é indubitável que só a partir de 1995 a preocupação com a criação e bom funcionamento das comissões de ética se intensificou<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> A primeira comissão de ética hospitalar portuguesa foi criada em 1986 no Hospital da Universidade de Coimbra. Os Hospitais de S. João, no Porto, e o de Santa Maria, em Lisboa, tiveram as suas CE a funcionar desde 1988 e o Instituto Português de Oncologia desde 1989. A partir de então as CE foram-se multiplicando em Portugal.

<sup>3</sup> Em 1994, por ocasião do II Seminário do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, especialmente dedicado ao tema "Comissões de Ética", Queirós e Melo apresentou um relatório sobre as CE em Portugal em que se confirmava a sua existência em 17% das instituições públicas (dos 268 inquéritos enviados a todas as instituições relacionadas com os cuidados de saúde, apenas cerca de metade – 127 –

Uma vez institucionalizadas as comissões de ética, uma das primeiras e mais prementes preocupações que se lhes colocava era a da formação adequada dos seus membros para as competências então atribuídas. A maioria dos membros destas comissões era designada entre elementos ilustres da sua profissão, sem o requisito de possuírem qualquer formação específica na área da ética, enquanto disciplina filosófica, nem tão pouco da bioética, enquanto uma ética das ciências da vida. Os cursos de formação nesta área, que nos últimos anos têm vindo a proliferar no nosso país, ainda não se tinham iniciado e as publicações em língua portuguesa neste domínio eram também ainda extraordinariamente escassas. Em síntese, os meios para formação de competências dos diferentes membros das CES eram pois bastante escassos. O "Projecto de formação para os membros das Comissões de Ética para a Saúde" evidenciava-se como pioneiro e urgente e a obra que o difundia nacionalmente – *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana* – como única e útil para o funcionamento regular e pleno das comissões de ética.

Seis anos volvidos, o panorama português é completamente diferente: praticamente todas as instituições de saúde têm comissões de ética a funcionar e são muitas as que funcionam muito bem; os colóquios, as acções de formação, os cursos de pós-graduação e de mestrado nesta área constituem já uma oferta considerável e as pessoas que têm aderido a estas iniciativas são em número crescente; paralela expansão é também evidente ao nível da criação de centros de reflexão, de investigação e ensino no âmbito da bioética, bem como na diversidade de publicações – periódicos, monografias, livros de actas, obras colectivas, colecções. A 2.ª edição de *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana* enfrenta, no momento presente, uma nova realidade da bioética portuguesa, em que o difícil desafio a vencer não é o do pioneirismo mas o da estimulante concorrência.

Podemos dizer que a obra que agora se apresenta nada perdeu do seu projecto originário mas antes o transformou, actualizando e desenvolvendo temas já existentes, introduzindo novas problemáticas, reformulando

responderam e, entre estas, apenas 47 confirmavam a existência de CE pelo que, assumindo realisticamente que os 50% que não responderam não tinham CE, se apura uma percentagem final de 17% de instituições com comissão de ética). Este número é, não obstante, apreciável considerando que se refere a uma data anterior ao Decreto-Lei 97/95. Simultaneamente, o relatório acrescentava que estas CE revelavam sérias deficiências na sua constituição, no exercício das suas competências e no seu funcionamento regular. Cf. João Queiroz e Melo *et al.*, "Realidade Nacional das Comissões de Ética", in: *Comissões de Ética*. Lisboa, CNECV, 1996: 139-143.

o esquema geral em torno do mesmo eixo estruturante, no reforço da unidade e coerência que sempre acalentou. Deste modo, acentua-se o delinear da “dinâmica histórica, teórica e institucional” da bioética, retomando os diversos factores circunstanciais que assistiram ao surgimento desta, as múltiplas tendências filosóficas que traçaram o seu perfil e o seu processo de institucionalização que determinou a sua consolidação como um novo domínio académico e de actividade. No que se refere a este último aspecto, particularizou-se amplamente o caso português, em relação ao qual se procurou ganhar um estilo claramente informativo. O capítulo que se dedica inteiramente às comissões de ética problematiza-as quanto à sua “natureza, composição e funcionamento”, explanando dois amplos temas característicos: o dos ensaios clínicos e o das relações inter-pessoais e institucionais no âmbito da prestação de cuidados de saúde. Seguidamente, seleccionaram-se dez grandes temas da bioética que intervêm mais constante e complexamente no trabalho de uma comissão de ética e que aqui são explanados nas suas principais vertentes problemáticas, sob um ponto de vista ético. Por fim, mantivemos um capítulo destinado à apresentação e apreciação ética de casos verídicos ou verosímeis, num conjunto significativamente amplificado e diversificado, bem como o da documentação considerada mais pertinente para a deliberação das comissões de ética, igualmente alargado e actualizado, e ainda, desta feita, comentado. Este trabalho, no seu conjunto, resultou em cerca de 85% de texto original.

Para a concretização deste projecto contámos com a generosidade de cerca de trinta personalidades que nos ofereceram a excelência do seu trabalho e nos emprestaram o prestígio do seu nome.

Não é fácil, numa obra colectiva e de extensão apreciável sobre um tema circunscrito, evitar sobreposições de aspectos particulares que vêm a estar implicados em diferentes âmbitos temáticos ou, ao mesmo tempo, prevenir omissões relevantes de questões complementares a diferentes perspectivas de análise. Paralelamente, é também imperioso garantir a articulação harmoniosa do conjunto dos diversos contributos, estabelecendo algumas directrizes uniformizadoras, e ao mesmo tempo prevenir qualquer intromissão coarctante da originalidade da criação de cada texto. Por isso são notórios os diferentes estilos de reflexão e de escrita por vezes na mesma secção temática ou até na mesma rubrica, tal como acontece em “Análise de casos”. Consideramos que esta diversidade é enriquecedora do discurso bioético – no cumprimento, aliás, de uma das suas características identificadoras, a da interdisciplinaridade.

É esta interdisciplinaridade originária da bioética, afirmada pela diversidade de formação de base dos seus pioneiros bem como de tantas

outras pessoas que lhe têm dado corpo ao longo das últimas décadas, e como também a própria constituição das comissões de ética reflecte, que queremos ver confirmada pela diversidade de formação, actividade e interesses dos seus leitores e intérpretes a quem dedicamos *Comissões de Ética: das bases teóricas à prática quotidiana*.

*M. Patrão Neves*

Coordenadora do Pólo Açores do Centro de Estudos de Bioética.